

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.472 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2002

Motorista deve ter descanso a cada quatro horas

Senado vota hoje projeto do Executivo que impede o motorista de ônibus ou caminhão de dirigir por mais de quatro horas seguidas em rodovias.

PÁGINA 4

CRE vota pedido para ouvir diretor da Opaq

Roberto Saturnino propõe que a Comissão de Relações Exteriores convide o diplomata brasileiro José Maurício Bustani a falar sobre as pressões dos EUA para afastá-lo do cargo.

PÁGINA 7

Fundo pode garantir recursos para pesquisa

Comissão de Educação analisa, em sua reunião de hoje, projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclui na pauta de amanhã projeto que veda a clonagem humana

CCJ examina proibição de clonagem humana

Projeto de Sebastião Rocha regulamenta experiências nessa área da engenharia genética, proibindo a duplicação de genes humanos para a produção de clones e fixando pena de reclusão de seis a 20 anos para os infratores. A vedação não atinge os clones de animais.

PÁGINA 3

Comissão Mista avalia hoje um dos temas mais polêmicos na área de segurança



Márcia Kalume

Integração das polícias será apreciada hoje na Comissão de Segurança

A integração das polícias civil e militar, um dos temas mais polêmicos na área da segurança pública, deve ser votada hoje pela Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa alternativas de combate à criminalidade. Propostas da deputada Zulaiê Cobra estabelecem prazo de seis anos para a completa implantação da nova estrutura.

PÁGINA 2

Comissão examina hoje propostas que integram polícias civil e militar

Ponto principal é a criação das polícias estaduais, que substituiriam as atuais corporações. Um dos projetos prevê o prazo de seis anos para implantação da nova estrutura de segurança

A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), deverá avaliar hoje, a partir das 13h, as quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei que estabelecem as diretrizes para uma futura integração dos organismos de segurança no país. Todos são de autoria da deputada federal Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e têm como ponto principal a criação das polícias estaduais, estrutura que unificaria e substituiria os aparelhos policiais civil e militar.

De acordo com o texto de uma das PECs, seria dado prazo de seis anos para a completa implanta-

ção da estrutura de segurança pública proposta. Até o final desse período de transição, também teriam que estar funcionando as academias de polícia unificadas. As novas polícias estaduais, de caráter civil, estariam encarregadas de executar o policiamento ostensivo, hoje realizado pela polícia militar, e as atividades da polícia judiciária, atualmente sob a responsabilidade da polícia civil.

Zulaiê Cobra identifica em seu relatório a existência de distor-



O senador Iris Rezende preside os trabalhos da Comissão Mista de Segurança Pública

ções relativas à integração e superposição de atribuições entre os dois organismos de segurança. Também aponta a ausên-

cia de mecanismos de controle eficientes e de integração regional entre os órgãos de segurança. Também considera inadequado que o policiamento ostensivo esteja orientado pelo regime militar.

— A atual característica militar da Polícia Militar torna-se um entrave na sua integração e relacionamento com a Polícia Civil. Cada uma delas tem competências que a outra julga ser de sua atribuição — comentou Zulaiê Cobra.

As demais propostas a serem examinadas dispõem sobre a reestruturação de todo o sistema nacional de segurança pública, prevendo, por exemplo, a independência dos Corpos de Bombeiros.

Na reta final, trabalhos geram mudanças na legislação penal

Em 45 dias de trabalho, a Comissão Mista de Segurança Pública apresentou oito substitutivos a propostas relacionadas ao combate à violência. Faltando 15 dias para o término do prazo de duração da comissão, pode-se dizer que, se aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, o trabalho dos parlamentares provocará profundas mudanças na legislação penal brasileira.

Propõe-se, por exemplo, a diminuição drástica no número de recursos e na duração dos processos criminais. A

fase de instrução criminal ficaria concentrada em uma única audiência, na qual seriam ouvidas todas as testemunhas e as alegações da defesa e da acusação. A avaliação do relator, deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), é de que as mudanças reduzam em quase

50% a duração das ações penais.

O texto produzido pela comissão permite que o juiz aceite as provas produzidas durante a investigação criminal. Hoje, há a necessidade de que sejam ouvidos os peritos e que as declarações prestadas por testemunhas e réus durante o inquérito policial sejam repetidas nas etapas judiciais. Os interrogatórios de testemunhas poderiam ser feitos a distância, por meio do sistema de videoconferência.

PENAS DURAS

Assim como procurou combater a morosidade da Justiça —

apontada pelos parlamentares como uma das causas do aumento da violência —, a Comissão Mista de Segurança estabeleceu punições mais duras para crimes de grande potencial ofensivo e para o crime organizado, considerado um alimentador da vio-

lência urbana.

A comissão aprovou relatório da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que institui penas mais graves para os crimes de homicídio e lesão corporal. O texto atual do Código Penal prevê pena mínima de seis anos de reclusão para o homicídio simples, punição menor do que a definida para o seqüestro, ainda que deste delito não resulte morte. A relatora optou por aumentar a pena mínima para oito anos.

Ainda no sentido do endurecimento das penas, foi agravada a punição para o crime de seqüestro. A pena, que varia entre seis e 15 anos de reclusão, passaria a ser de 12 a 20 anos. O texto aprovado pela comissão tipifica o crime de extorsão mediante privação de liberdade, chamado de “seqüestro-relâmpago”, prevendo como pena reclusão de seis a 12 anos.

A participação em organização criminosa também terá punição maior. O texto do deputado Mag-

no Malta (PL-ES), relator de um dos grupos de trabalho, impõe penas de cinco a dez anos de prisão para quem se associar com pelo menos mais duas pessoas, formando grupo estruturado e com divisão de tarefas para cometer crimes como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro e delitos financeiros e contra a administração pública.

Atualmente, estes crimes, quando cometidos por organização criminosa, são enquadrados como formação de quadrilha ou bando, e punidos com penas que variam de um a três anos de prisão.

Os parlamentares pretendem atingir o financiamento da atividade criminosa ao aprovarem propostas para coibir o crime de lavagem de dinheiro.

Outra mudança estabelece que o Banco Central deverá montar e manter um sistema central de cadastro de correntistas, clientes e de seus procuradores.

Comissão já apresentou oito substitutivos a propostas relacionadas com o combate à violência



TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

17h — Recebe José Abrão, ministro do Desenvolvimento Agrário
17h30 — Recebe Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros
15h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: entre outras matérias, PLC nº 153/01, dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá (Unifei); PLC nº 154/01, dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei; PR nº 69/01, dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97/98 do Senado ao refinanciamento da dívida mobiliária de Alagoas; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, 11 e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; e quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas).

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

13h — Comissão Mista de Segurança
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

15h — Comissão Mista destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

Após Ordem do Dia — Subcomissão Permanente do Livro

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ analisa projeto que veda clonagem humana

Proposta, de autoria de Sebastião Rocha e que regulamenta as experiências de engenharia genética, é um dos itens da reunião de amanhã. Podem ser autorizados procedimentos para a produção de clones de animais

Entre os 43 itens da pauta da reunião marcada para as 10h de amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar um tema polêmico: a clonagem humana. O projeto que trata do assunto, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), regulamenta as experiências dessa área da engenharia genética, proibindo os procedimentos que visem à duplicação dos genes humanos para produção de clones.

A matéria recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), sob a forma de substitutivo. Como Va-

ladares não pertence mais à CCJ, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) foi indicado novo relator. Quintanilha, por sua vez, apresentou voto em que recomenda a aprovação do substitutivo de Valadares. A decisão final sobre a proposta caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor do projeto original, Sebastião Rocha, questiona principalmente os limites técnicos e éticos da manipulação genética humana. De acordo com o texto, aqueles que insistirem na prática da clonagem poderão ser condenados à pena de reclusão de 6 a 20 anos. Sebastião Rocha permi-

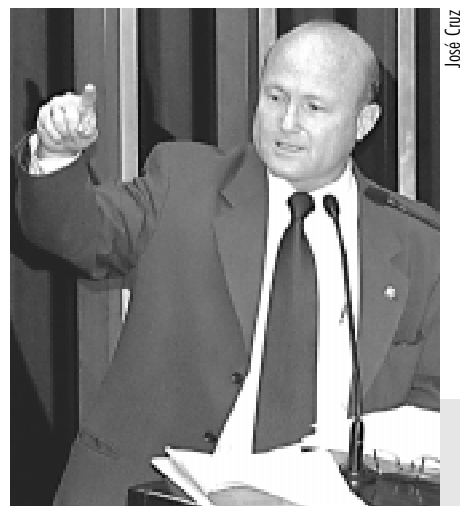
te, porém, os procedimentos relacionados à produção de clones de animais, desde que submetidos à aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

VIOLÊNCIA

Está prevista ainda análise de projeto de lei da Câmara que estabelece medidas cautelares em caso de violência doméstica. A proposta recebeu pedido de prioridade formulado pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e pela bancada feminina no Congresso. Outra matéria a ser examinada é a proposta de emenda à Constituição que permite o ingresso de

capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de rádio e televisão.

Os senadores da CCJ apreciarão uma pauta composta por proposições sobre os mais variados assuntos, sendo que 22 matérias têm caráter terminativo e cinco são propostas de emenda à Constituição. Existem projetos que alteram a legislação eleitoral, outros que modificam a legislação de trânsito e vários que sugerem mudanças no Código Penal para punir maus administradores dos fundos de pensão.



Sebastião Rocha quer punir com prisão quem realizar experiências de clonagem humana

Uso do FGTS na abertura de negócio pode ser autorizado

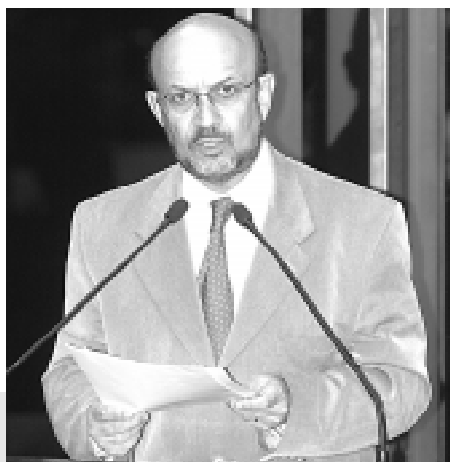
A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar amanhã, a partir das 9h, projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite aos desempregados sacarem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abertura ou expansão de negócio próprio. O projeto recebeu parecer favorável do senador Ademir Andrade (PSB-PA) e, caso seja aprovado, seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para que seja submetido ao Plenário do Senado.

De acordo com a proposta, a movimentação da conta do FGTS estará condicionada à apresentação de detalhado projeto à Caixa Econômica Federal, que, após rigorosa inspeção técnica, decidirá se libera ou não os recursos, nos mesmos moldes do que ocorre com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nas linhas de microcréditos e financiamentos às pequenas e microempresas.

Outro projeto que trata da utilização do Fundo de Garantia a ser analisado pela CAS permite ao trabalhador movimentar a conta vinculada para quitação de prestações atrasadas, ou a vencer, de financiamentos habitacionais, dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O projeto é de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou substitutivo, estabelecendo que o trabalhador poderá lançar mão do FGTS para pagamento das prestações apenas uma vez.

CEGOS

A CAS também examina, em decisão terminativa, projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão usuários de cão-guia o direito de ingressar com o animal em estabelecimentos públicos e privados de uso coleti-



Ricardo Santos é autor do projeto que beneficia trabalhadores desempregados

vo, bem como em todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro. O projeto tem parecer favorável de Geraldo Althoff e exige a apresentação do atestado de sanidade do animal e registro em escola de cães-guia, além do comprovante pessoal de treinamento do usuário.

A comissão avalia ainda projeto que garante ao acidentado do trabalho atendimento de emergência na rede privada de serviços de assistência à saúde nas localidades onde não exista Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o projeto, com parecer favorável do senador Geraldo Althoff, o pagamento dos serviços prestados pela rede privada será ressarcido pelo SUS mediante comprovação dos gastos.

Constam ainda da pauta da CAS, entre outros, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que regulamenta o exercício da profissão de artista circense, além de projeto da Câmara que cria o Conselho Federal de Sociólogos (CFS) e os respectivos conselhos regionais.

CAE vota dedução do IR para investidor em fundos de empresas emergentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje para analisar, entre outros itens, projeto de lei do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que permite dedução, até 2010, do Imposto de Renda (IR) de até 25% dos valores aplicados por pessoas físicas e jurídicas em fundos mútuos de investimento que beneficiarão empresas emergentes. De acordo com a proposta, fica estabelecido o limite de dedução de até 10% do imposto devido. Esse percentual é de 5% para empresas. O relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), recomenda a aprovação da matéria terminativamente na comissão, sem a necessidade de passar pelo Plenário.

Saturnino pretende também isentar do IR e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de investimentos nos fundos de empresas emergentes. O senador acredita que há escassez de recursos no mercado para financiar o desenvolvimento do setor produtivo nacional. É necessário, diz, incentivar investimentos nesses fundos, que, desde que foram regulamentados, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda "não corresponderam à finalidade".

Os incentivos e as isenções propostas têm a função de criar condições extras para a viabilização dos fundos. Os objetivos econômicos visados compensam sozamente a perda de arrecadação que possam provocar – argumenta Saturnino. Os senadores da comissão devem analisar ainda proposta do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que garante a hospitais,

casas de saúde e unidades de diagnóstico especializado a adesão ao Simples, como é conhecido o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. O relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), considera "inaceitável" a exclusão do programa das empresas prestadoras de serviços de saúde e sugere que a matéria seja aprovada em caráter terminativo de acordo com substitutivo que apresentou.

AUTOMÓVEIS

Da pauta da CAE constam também outros 12 itens, como o projeto de lei determinando que as locadoras de veículos devem segurar os automóveis de sua propriedade. Segundo o texto, as empresas têm responsabilidade civil no caso de acidente de trânsito causado pelo condutor do veículo. Danos ao patrimônio, à moral e à estética de terceiros devem ser cobertos pelo seguro, cujo valor garantiria indenização de até R\$ 100 mil em caso de morte ou de lesão corporal permanente. O relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), é favorável à proposta.

A comissão deve também analisar proposta do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que altera a legislação sobre salário-educação de modo a garantir que dois terços da arrecadação da contribuição sejam repassados automaticamente às secretarias de Educação dos estados e municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Atualmente, existem apenas quotas federais e estaduais do salário-educação.



Projeto de Álvaro Dias sobre salário-educação também foi incluído na pauta da comissão

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

José Cruz

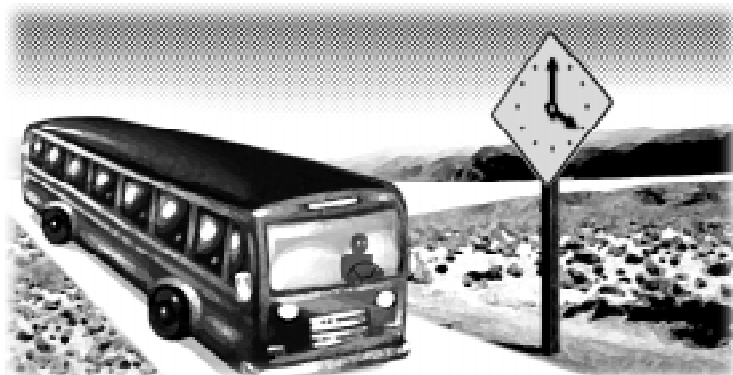
Projeto impede motorista de dirigir por mais de quatro horas seguidas

Medida proposta pelo governo, com objetivo de reduzir acidentes, atinge condutores de ônibus e caminhões que trafegam em rodovias. Se aprovada, a matéria voltará à Câmara

O motorista de ônibus ou caminhão que trafega em rodovias poderá ficar proibido de dirigir ininterruptamente por mais de quatro horas, conforme estabelece projeto de lei do Executivo que será votado hoje pelo Senado. O relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PDT-PR), apresentou substitutivo.

O governo argumenta que 38% dos acidentes de trânsito que ocorrem em rodovias federais envolvem a responsabilidade de motoristas de caminhões e ônibus, estimando em cerca de R\$ 2 bilhões/ano as perdas decorrentes de todos os acidentes nessas rodovias.

Conforme a exposição de motivos, a medida acarretará aumento nos custos dos transportes, mas esses



acréscimos "serão amplamente compensados e superados pelos benefícios decorrentes da redução de acidentes no trânsito e mesmo pela geração de cerca de 210 mil novos empregos diretos, que podem decorrer dessas medidas".

Já aprovado na Câmara, o proje-

to estabelece que o motorista descansará pelo menos uma hora de forma contínua ou de modo descontínuo, ao longo das quatro horas dirigidas. A proposta obriga também os motoristas a observar, dentro do período de 24 horas, intervalo ininterrupto de 12 horas para

descanso.

Na mesma exposição de motivos, o governo diz que a modalidade rodoviária é utilizada por cerca de 12 mil empresas e 350 mil transportadores autônomos, que operam uma frota de mais de 1,5 milhão de caminhões e mais de 170 mil ônibus, gerando 3,5 milhões de empregos diretos.

O Executivo argumenta que o envelhecimento da frota e a deterioração da malha rodoviária aumentam o tempo de viagem, o consumo de combustível e os custos operacionais. Acrescenta que, para compensar esses problemas e manter a competitividade, os motoristas apelam para a ampliação do tempo de permanência na direção dos veículos, ou para o abuso da velocidade.

Redução do período de recesso deve voltar à Comissão de Justiça

Deve voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda à Constituição do então senador Jader Barbalho que reduz o período de recesso do Congresso Nacional e proíbe o pagamento de subsídios aos parlamentares em eventuais



Segundo José Fogaça, novas regras poderão ser bem acolhidas pela sociedade

períodos de convocação extraordinária. De acordo com a proposta, senadores e deputados se reunirão a cada ano de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

Em seu parecer favorável, o senador José Fogaça (PPS-RS) lembra que a extensão atual do recesso legislativo e o pagamento das convocações extraordinárias têm sido temas freqüentes, "ainda que com alguns exageros e distorções", dos meios de comunicação. A aprovação das novas regras, acredita o senador, poderia ser bem acolhida pela opinião pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Transcorre hoje o quarto dia de discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda à Constituição de autoria do sena-

dor Bernardo Cabral (PFL-AM) que modifica o atual critério para o estabelecimento do número de deputados nas assembleias legislativas.

A proposta determina que o número de deputados estaduais não poderá ser inferior

ao de vereadores da capital do estado. Será também hoje o quarto dia de discussão, em primeiro turno, de proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que procura estimular o desenvolvimento funcional de servidores públicos.

O Plenário analisará ainda dois projetos de lei que prevêem o estabelecimento de universidades federais em Itajubá (MG) e São João Del-Rei (MG).

Outros projetos de lei na pauta do Senado tratam do refinanciamento da dívida mobiliária do estado de Alagoas, da regulamentação do tempo de direção dos motoristas de ônibus e caminhões e da inclusão de municípios de Minas Gerais na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

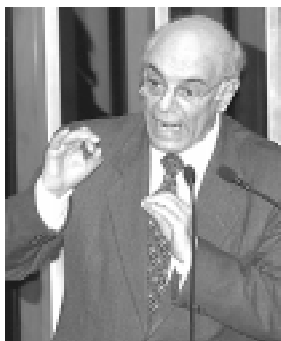
Educação debate garantia de verba para ciência e tecnologia

As instituições nacionais de pesquisa poderão contar com um fluxo permanente e seguro de recursos públicos que lhes permita manter seus programas de longo prazo. É o que prevê projeto de lei que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ci-

entífico e Tecnológico (FNDCT), incluído na pauta de hoje da Comissão de Educação (CE), a partir das 11h30.

Apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), o projeto estabelece normas de funcionamento para um fundo criado por decreto-lei em 1969 e nunca regulamentado. A iniciativa conta com parecer favorável do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que optou por apresentar um substitutivo capaz de adequar a proposta inicial às leis que estabeleceram, entre 1999 e 2001, os fundos setoriais de ciência e tecnologia.

De acordo com o parecer de Távola, a falta de regulamentação do fundo motivou a adoção de regras de funcionamento semelhantes às de uma execução orçamentária. Ao



Projeto em exame na CE recebeu substitutivo de Artur da Távola

reunião, o projeto de lei da Câmara, com parecer favorável do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que obriga as empresas concessionárias de energia a veicular mensagens sobre segurança aos consumidores. Também será analisado projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), com parecer favorável do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que regulamenta as profissões de artistas e técnicos em espetáculos de diversões.

Estarão ainda em pauta na comissão projetos que dispõem sobre modificações no Programa Nacional de Apoio à Cultura, regulamentação do exercício da profissão de turismólogo, alteração dos nomes de três pontes em Roraima e no Rio Grande do Sul e criação do Dia Nacional da Saúde Bucal.

Orçamento pode tirar obras da lista de irregulares

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 14h30, quando examinará o processo de investigação de suspeitas de irregularidades em quatro obras que contam com verbas do Orçamento federal. Depois de resolvidos os problemas, o Tribunal de Contas da União (TCU) sugere ao Congresso que esses projetos voltem a receber dinheiro.

Trata-se do projeto de irrigação do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL), construção do contorno ferroviário de Campo Grande (MS) e duplicação de trechos ferroviários na BR-381, na divisa de Minas com São Paulo, e construção do anel rodoviário de Rio Branco (AC).

A Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), apreciará ainda requerimento dos deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Jorge Bittar (PT-RJ) que pede ao Tribunal de Contas da União que investigue se há empenho de dotação orçamentária de obras com indícios de irregularidades graves.

Os deputados observam que, apesar de incluída na lista de obras com problemas, a recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal teve um empenho de R\$ 1,8 milhão em dezembro do ano passado. Agora, os deputados querem que o TCU examine se outras obras da listagem contaram com verbas, o que é ilegal enquanto o Congresso não concluir que os problemas estão resolvidos.

Comissão do centenário de JK reúne-se hoje

A comissão mista especial do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek deve se reunir às 15h de hoje para tratar de assuntos ligados à preparação de uma série de eventos que serão promovidos em homenagem ao ex-presidente da República e fundador de Brasília.

Instalada na semana passada, a comissão mista tem como presidente o deputado Paulo Octávio (PFL-DF), como vice-presidente o senador Arlindo Porto (PTB-MG) e como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Proposta de Gerson Camata exclui do benefício os acusados presos em flagrante delito



Célio Azevedo

Camata defende limite à presunção de inocência

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou proposta de emenda à Constituição que exclui da presunção de inocência os acusados que forem presos em flagrante delito. A proposta propõe o seguinte texto para o inciso LVII do artigo 5º da Constituição: "Excetuado o agente preso em flagrante delito, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Segundo Camata, a grande possibilidade de recursos às várias instâncias do Judiciário permite

que qualquer criminoso, mesmo assassinos, traficantes, estupradores e ladrões, permaneçam em liberdade, desde que sejam primários e com bons antecedentes.

O senador explica em sua justificativa que a situação vem causando revolta na sociedade, já que criminosos comprovados e presos em flagrante são libertados por juízes, desde que um advogado prove que se trata de réu primário.

A proposta será examinada inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Proposta de Fernando Ribeiro beneficia estados exportadores

Proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) procura compensar os estados que têm saldo positivo em seu comércio com o exterior. A proposta determina que 20% da arrecadação do Imposto de Importação, hoje destinado à União, sejam repassados proporcionalmente aos estados com superávit comercial com outros países — quem tiver maior saldo, ficará com uma parte maior.

Fernando Ribeiro argumenta que esses estados fazem grande esforço de exportação, mas quem sai ganhando são aqueles com déficit comercial com o exterior, pois cobram ICMS sobre as importações. Ele informa que os estados que têm déficit com outros países receberam R\$ 2,4 bilhões em 2001 de ICMS sobre as importações, dos quais R\$ 1,4 bilhão ficou com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Não fossem os esforços dos estados exportadores, o superávit de US\$ 2,6 bilhões que o Brasil teve no ano passado em seu comércio exterior poderia ter se transformado em déficit de US\$ 9,3 bilhões, pondera o senador. É fácil imaginar, acrescenta, o desastre que



Roosevelt Pinheiro

Fernando Ribeiro: legislação atual privilegia estados com déficit no comércio com outros países

isso teria sido para a política cambial do país, com graves consequências para a economia nacional.

Fernando Ribeiro vê contradição nas leis do país, que beneficiam o estado importador (com déficit) e nada dá ao estado exportador (com superávit).

A PEC, afirma, corrige a distorção, ao mesmo tempo que obriga os estados que receberem parte do Imposto de Importação a aplicar os recursos em obras de infraestrutura econômica. Os estados exportadores, disse, poderiam ser beneficiados pela cobrança de ICMS sobre as vendas para outros países, o que é proibido por lei.

Tebet: obstrução do PFL não deve atrapalhar votações

Segundo o presidente do Senado, a pauta da Casa está em dia. Para ele, cada partido deve arcar com a responsabilidade de seus atos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que a Casa está com a pauta organizada e em dia. Portanto, não deverá atrapalhar os trabalhos a posição do PFL de não participar das votações na Câmara e no Senado Federal até amanhã, quando haverá reunião da Executiva do partido.

— Estamos prontos para votar desde que haja condições, e isso depende, evidentemente, dos partidos políticos. Vou fazer força para superar o impasse — disse Ramez Tebet.

Entre as matérias importantes na pauta do Senado, Tebet citou a proposta de emenda constitucional que permite a participação do capital estrangeiro em empresas

de comunicação, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e a reforma do Judiciário, pronta para ser submetida ao Plenário.

Para Tebet, cada partido deve arcar com a responsabilidade de seus atos. "A opinião pública vai fazer seu julgamento." Ele assegurou que cumprirá seu papel, conversando com as lideranças e procurando votar o que for importante para a sociedade. Quanto a uma possível redução do prazo para votar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira



Roosevelt Pinheiro

Ramez Tebet: "Vou fazer força para superar o impasse"

(CPMF), que aguarda exame na Câmara, Tebet garantiu que a medida só será adotada se houver unanimidade entre os líderes.

Depoimento de Jorge Murad está à disposição do público

O presidente do Senado, Ramez Tebet, informou que está à disposição do público o depoimento de Jorge Murad prestado à CPI da Corrupção no dia 4 de agosto de 1988. Segundo disse, a imprensa precipitou-se ao publicar que o depoimento havia desaparecido.

A ata da audiência com o marido da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney foi publica-

da no *Diário do Congresso* em suplemento, informou a assessoria de Tebet, por se tratar de texto muito extenso.

Tebet explicou que o Senado conta com arquivo público de todos os documentos que produz, exceto os sigilosos, e que o seu conteúdo está à disposição de qualquer pessoa que o requeira, de acordo com a lei. Além disso,

acrescentou, todos os fatos ocorridos no Senado são publicados em órgão oficial.

O presidente louvou o trabalho dos funcionários do arquivo de documentos da Casa, observando que pode ter havido equívoco por parte de algum servidor na demora para localizar o depoimento. Ele disse que não há necessidade de instaurar inquérito sobre o caso.

Situação de rodovias pode ser debatida com ministro

O ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, poderá comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para prestar esclarecimentos sobre as más condições em que se encontram as rodovias federais no país. A vinda dependerá da aprovação de requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a ser votado hoje pela comissão após a Ordem do Dia.

Deverão ser também analisados outros dois requerimentos para realização de audiências públicas. O primeiro, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), solicita a presença do presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para esclarecer as medidas de ampliação dos aeroportos brasileiros com o objetivo de incrementar o turismo no país. O segundo, do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), pede a realização de

debate com representantes das cinco principais empresas aéreas regionais (Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba). A intenção é instruir projeto que trata do adicional tarifário para as linhas aéreas regionais.

HORÁRIO DE VERÃO

Presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), a CI deve votar ainda, em decisão terminativa, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão no Distrito Federal, Tocantins e Goiás. Para Maguito, o horário de verão traz poucos resultados práticos em países tropicais como o Brasil, principalmente nas regiões onde a duração dos dias e das noites é praticamente a mesma ao longo do ano inteiro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já se pronunciou sobre o assunto e aprovou parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável ao projeto. Mas o senador Geraldo

Cândido (PT-RJ) deve apresentar voto em separado contrário à proposição, que tem parecer favorável do senador Mauro Miranda. Cândido argumenta que qualquer tentativa de economia de energia elétrica é benéfica para o país e que o horário de verão, de acordo com pesquisas, está sendo aprovado pela maioria da população.

Consta ainda da pauta a votação do projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), também em decisão terminativa, que suspende as licitações de novas áreas para exploração de petróleo até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico energético do país, proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

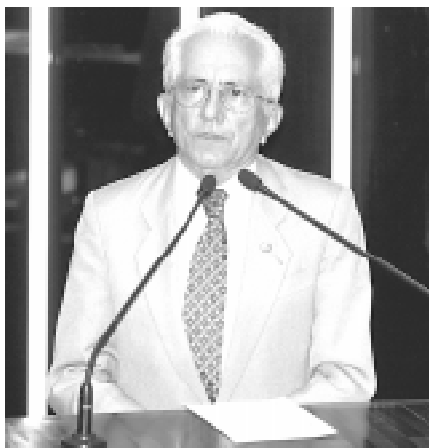
O relator da matéria, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é contrário ao projeto. A CI examina também cinco projetos que incluem rodovias federais no Plano Nacional de Viação (PNV).

Nabor alerta para risco de novos aumentos do petróleo

Senador lamenta agravamento do conflito no Oriente Médio e defende negociação em busca da paz entre Israel e os palestinos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) alertou ontem para uma nova ameaça de aumento do preço do petróleo em decorrência do conflito no Oriente Médio. Ele ressaltou que a situação vem se agravando, uma vez que há alguns dias a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) resolveu reajustar o preço do barril. “E a notícia mais recente é de que o Iraque irá suspender a comercialização. Isso vai forçar novas altas no preço do petróleo bruto, ainda importado em grande escala pelo Brasil”, declarou.

Nabor Júnior observou não haver perspectiva de paz duradoura no curto prazo entre judeus e palestinos e lamentou os acontecimentos naquela área, afirmando não ser possível aceitar a carnificina que ali está ocorrendo. “Chegou o momento de pensar numa solução negoci-



Nabor Júnior lembra que o Brasil ainda importa grande quantidade de petróleo

do governo para subsidiar ou controlar o programa do álcool no Brasil, e acentuou que o Proálcool não é do interesse da Petrobras. “A Petrobras e outros grupos do setor jamais deixaram que se levasse avante um dos maiores projetos tecnológicos do país”, disse.

Nabor Júnior lembrou que a Petrobras adquire grande quantidade do álcool produzido no país para adicioná-lo à gasolina. No seu entendimento, foram os usineiros que abandonaram

ada para se chegar à paz naquela região”, disse.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) lamentou, diante das ameaças ao mercado de petróleo, a falta de vontade política

o Proálcool quando priorizaram a produção de açúcar num momento em que o preço internacional estava bastante atraente, provocando o desabastecimento interno de álcool.

Mauro pede mobilização contra venda de Furnas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) propôs “uma vigorosa mobilização” da classe política para evitar a concretização da privatização de Furnas. Ele destacou a importância estratégica da empresa para o desenvolvimento nacional, sua integração ao meio social nas regiões onde



Para Mauro, Furnas é “patrimônio valiosíssimo do povo brasileiro”

atua, suas políticas de preservação do meio ambiente e sua eficiência econômico-empresarial.

– Furnas precisa ser preservada como um patrimônio valiosíssimo do povo brasileiro – afirmou.

Para demonstrar a relevância da empresa para a economia nacional, Mauro lembrou que Furnas é responsável por 43% de toda a energia consumida no país, levando-se também em conta a comercialização da energia gerada por Itaipu. A

atuação do sistema Furnas, ressaltou, abrange a região de maior desenvolvimento do território nacional, onde vive cerca de metade da população brasileira e onde são consumidos mais de dois ter-

ços da energia produzida no Brasil.

Mauro salientou que as três usinas hidrelétricas operadas por Furnas em Goiás – Serra da Mesa, Itumbiara e Corumbá – têm enorme importância para a economia do estado e de toda a região. A empresa, lembrou o senador, foi criada em 1957 com o desafio de solucionar a crise energética que ameaçava de colapso São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A região de atuação de Furnas engloba Espírito Santo, Paraná, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal. A empresa hoje conta com um complexo de dez hidrelétricas e duas termelétricas.

Patrocínio: área da saúde depende da CPMF

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) conclamou o Congresso Nacional a finalizar a aprovação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2004. “É imprescindível que haja continuidade das ações governamentais na área da saúde, a maior beneficiária dos recursos da CPMF”, disse.

Patrocínio lembrou a passagem do Dia Mundial da Saúde, come-

morado no domingo passado, manifestando sua satisfação diante da mudança de ênfase das ações de saúde no Brasil, que hoje privilegiam a prevenção das doenças e não mais a sua cura. Entre essas ações, mencionou a multivacinação infantil, que livrou as crianças brasileiras de flagelos como a paralisia infantil, a varíola e o sarampo.

O senador ressaltou ainda a importância da conscientização da população para ações preventivas de câncer de mama, do colo de úte-

ro e da próstata, cujo diagnóstico precoce tem salvado muitas vidas.

Patrocínio referiu-se também à moderna atitude da medicina, de enfatizar a necessidade das atividades físicas, combatendo o sedentarismo e a ociosidade, que causam doenças cardíacas, respiratórias e de circulação. “Há, hoje em dia, uma conscientização generalizada dos benefícios do esporte e do lazer, até mesmo em relação a pessoas idosas”, avaliou o senador.

Ademir protesta contra modificação na poupança

A mudança anunciada pelo Ministério da Fazenda na caderneta de poupança levou o senador Ademir Andrade (PSB-PA) a protestar contra a proposta que poderá tornar menos rentável essa modalidade popular de investimento. Segundo o senador, o motivo



Ademir vê “tentativa de assaltar os recursos dos pequenos poupadores”

da modificação seria o de transferir recursos da poupança – por meio da cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos – para tentar deslançar o novo modelo habitacional, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que ainda não se viabilizou devido às altas taxas de juros.

– Segundo a proposta, o dinheiro arrecadado com os 20% de imposto de renda cobrados dos rendimentos da caderneta seriam canalizados para o mutuário da casa própria, não se sabe direito como. Falou-se em substituir a TR pelo IPCA na correção dos contratos imobiliários, mas uma fonte oficial apressou-se em negar a intenção, dizendo o óbvio, que o IPCA tem sido maior que a TR e que, portanto, não faria sentido a substituição. Enfim, é tudo ainda muito obscuro, muito mal explicado – resumiu.

Para Ademir, a verdadeira motivação do governo é transformar a caderneta de poupança numa aplicação financeira qualquer, com a mesma regra das outras, para acabar com a obrigatoriedade que hoje os bancos têm de aplicar parte dos recursos da caderneta em financi-

amentos habitacionais. O senador lembrou que, na época em que foi instituído o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), surgiram mecanismos que abrandaram essa obrigatoriedade e possibilitaram que os bancos negociassem com os Fundos de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

– Assim, sinto-me na obrigação de alertar a população brasileira para essa tentativa do governo de assaltar os recursos dos pequenos poupadores e desmoralizar a caderneta de poupança como investimento seguro para milhões de cidadãos. Chega de tratar com desdém os pequenos e os mais humildes do Brasil. Chega de forjar soluções “criativas” que têm sempre endereço certo: os interesses dos grandes – concluiu Ademir.

Para Mozarildo, país precisa de reforma tributária ampla

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a realização de uma reforma tributária “ampla, duradoura e eficaz” que promova a redistribuição de renda no país. O senador enfatizou que, para que isso ocorra, o Estado deve arrecadar mais



Mozarildo diz que o Estado deve arrecadar mais dos mais ricos

dos estratos mais ricos da sociedade, ao contrário do que acontece hoje.

Mozarildo apontou como exemplo da injustiça tributária o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ele citou matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 9 de março, segundo a qual os recursos arrecadados com o imposto sobre salários aumentaram 54% nos últimos oito anos – de 1994 a 2001 –, contra um aumento de apenas 12% do imposto

pago pelos bancos.

O senador ressaltou que a comparação está longe de abranger o sistema tributário, mas serve como ilustração da injustiça tributária.

– Antes de qualquer discussão sobre a composição do gasto público mais bem talhado para

promover a distribuição de renda, envidemos esforços para impedir que a máquina arrecadadora do Estado continue a retirar mais recursos de quem tem menos, deixando mais à vontade os que têm mais – disse.

Para Mozarildo, tudo indica que no atual governo não será possível promover uma reforma ampla, mas a sociedade deve cobrar do próximo presidente, tão logo assumo o cargo, um projeto nesse sentido.

Patrocínio: país deve combater protecionismo

Senador denuncia que a adoção, pelos Estados Unidos, de tarifas extras para o aço importado poderá desencadear onda protecionista. Ele cobra ação enérgica de defesa das exportações brasileiras junto a organismos reguladores do comércio exterior



Roberto Saturnino é autor do requerimento para que a CRE ouça o diplomata brasileiro José Maurício Bustani

Diretor da Opaq poderá ser ouvido sobre campanha dos EUA

O diretor-geral da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opaq), o diplomata brasileiro José Maurício Bustani, poderá prestar informações à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as tentativas do governo dos Estados Unidos de afastá-lo do cargo, vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), deverá ser votado hoje, às 17h30.

Dos outros 10 itens incluídos na pauta da CRE, cinco referem-se à aprovação de textos de acordos, protocolos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil. Entre eles, figuram o tratado sobre transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial, celebrado entre os governos brasileiro e paraguaio em fevereiro de 2000; o acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia, em julho de 1999, sobre a recuperação de bens culturais e patrimoniais roubados; e o protocolo ao acordo geral sobre o comércio de serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em fevereiro de 1998.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também irá manifestar-se sobre a indicação do atual embaixador do Brasil junto à República da Áustria, Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para acumular os cargos de embaixador brasileiro junto às Repúblicas Eslovaca e da Croácia. Deverá votar ainda a escolha do atual embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, Marco Antônio Diniz Brandão, para exercer cumulativamente o cargo de representante diplomático do governo brasileiro junto ao Reino do Camboja e à União de Mianmar.

Também deverão ser examinados pela CRE projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê o comparecimento bienal dos chefes de missões diplomáticas perante o Senado, além de projeto de decreto legislativo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) propondo que seja anulada a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori. Enquanto a primeira matéria recebeu parecer contrário do relator, senador Ari Stadler (PPB-SC), a segunda conta com voto favorável do senador Roberto Saturnino.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) protestou, ontem, contra a política comercial dos Estados Unidos que estabeleceu, recentemente, tarifas extras para o aço importado, medida que prejudicará as exportações brasileiras. Ele citou dados da embaixada brasileira nos Estados Unidos, em que 60% dos produtos que o Brasil exporta são afetados por restrições indevidas ou não-tarifárias, como açúcar, tabaco, suco de laranja e têxteis.

Segundo Patrocínio, a decisão dos Estados Unidos pode deflagrar uma onda protecionista que anulará os esforços já feitos internacionalmente para reduzir barreiras comerciais. Ele citou declarações do assessor do presidente George W. Bush para Comércio e Negócios Internacionais, Roberto Zoellick, explicando que "a imposição de salvaguardas e tarifas temporárias visa a dar con-



Carlos Patrocínio denunciou existência de restrições indevidas no comércio exterior

dições aos setores econômicos para se reestruturarem".

— Ou seja, o Brasil está sendo punido por ter competitividade superior à dos Estados Unidos — disse o senador.

Patrocínio lembrou que as práticas protecionistas não se restringem aos Estados Unidos. Um estudo realizado pelo Mercosul denuncia a existência de mais de 16

mil normas restritivas utilizadas pela União Européia, das quais mais de 4 mil constituem práticas não aceitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diante desse quadro, observou o senador, o Brasil "não pode dispensar uma ação cotidiana, atenta e enérgica junto aos principais organismos internacionais que regulam as trocas, como é o caso da OMC". Isto permitirá ao país ingressar com a regularidade requerida nos mais importantes mercados mundiais, disse.

O aumento das exportações, ressaltou Patrocínio, representa o caminho para garantir a geração de riquezas, criando empregos, ampliando oportunidades e estendendo as perspectivas de uma vida melhor para milhões de brasileiros.

— Como pré-requisito, o Brasil precisa estimular a contínua modernização de seu parque industrial e fazer crescer a competição sadia entre as nações — afirmou.

Quintanilha cobra medidas para setor siderúrgico

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) defendeu a adoção de medidas urgentes para proteger o parque produtivo brasileiro frente aos reflexos da política norte-americana para o Brasil. Para o senador, o país precisa reagir às decisões do governo dos Estados Unidos e, posteriormente, da União Européia de sobretaxar as operações de importação do aço.

A indústria siderúrgica nacional já pressiona o governo para que ele adote medida semelhante à dos Estados Unidos e União Européia, aumentando as tarifas de importação entre 12% a 30%, como forma de proteger o setor. Mas, segundo o senador, o governo teme que o aumento da tarifa reflita nos índices inflacionários.



País deve adotar medidas urgentes para proteger parque produtivo, diz Quintanilha

Quintanilha mencionou que uma saída intermediária poderia contentar o setor siderúrgico nacional, inconformado com as medidas protecionistas da comuni-

dade estrangeira e com a letargia do governo brasileiro.

— Em vez de sobretaxar as importações brasileiras de aço, como fizeram as outras nações, o governo poderia autorizar o aumento do aço brasileiro, reforçar os mecanismos de defesa comercial ou ainda estabelecer uma espécie de preço mínimo para o produto importado — sugeriu o senador.

Para Quintanilha, as operações de compra e venda de aço revelam o grau de disputa do comércio internacional, onde "os Estados Unidos, que pregam o livre comércio, não hesitam em adotar medidas protecionistas quando os seus interesses são atingidos", criticou.

Comissão do Mercosul firma convênio com Abracex

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), reúne-se hoje, a partir das 17h30, quando assinará convênio de cooperação com a Associação Bra-

sileira de Comércio Exterior (Abracex) para o acompanhamento, assessoramento e desenvolvimento de projetos nas áreas de integração econômica e comércio exterior.

A pauta da comissão inclui

ainda a apresentação, discussão e votação de adendo a relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) favorável a projeto de decreto legislativo que propõe a convocação de plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos,

das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A consulta popular é proposta pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).



Roberto Requião preside os trabalhos da comissão

Cabral debate no Marrocos situação da água

Senador relata ao Plenário participação na Reunião Bianual do Comitê Mundial de Recursos Hídricos, realizada em Casablanca, onde apresentou trabalho sobre gerenciamento do setor na bacia amazônica

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) relatou ontem ao Plenário sua participação na Reunião Bianual do Comitê Mundial de Recursos Hídricos, do qual é integrante, realizada em Casablanca, no Marrocos, entre os dias 14 e 17 de março. Cabral, que participou do painel sobre "Administração de Recursos Hídricos em Regiões Transfronteiriças", apresentou o trabalho intitulado *Termos de Referência para o Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos nos Países Amazônicos*, visando ao gerenciamento dos recursos hídricos na

bacia amazônica.

O objetivo do comitê, segundo o parlamentar, é analisar, discutir, estudar e sugerir soluções para as grandes questões que envolvem os recursos hídricos. O comitê é integrado por 20 membros de diferentes nacionalidades, os quais são escolhidos por suas competências profissionais.

Cabral informou ao Plenário que participa do Comitê Mundial de Recursos Hídricos em reconhecimento ao seu trabalho em relação à proteção da água, e não



Bernardo Cabral vai publicar documento sobre missão técnica

Fotos: Roosevelt Pinheiro

por indicação do governo brasileiro, uma vez que os membros do comitê não são escolhidos como

representantes de países.

O senador disse que as ações que vem desenvolvendo perante o comitê dão seqüência à missão técnica que empreendeu, em outubro do ano passado, perante a Organização Meteorológica Mundial (OMM). Essa missão técnica resultou em uma proposição para o restabelecimento das ações de hidrologia, climatologia e gerenciamento de recursos hídricos dentro do Tratado de Cooperação Amazônica. Essas ações, afirmou o senador, foram iniciadas em 1975, com o apoio da OMM, por

meio do Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia e pelo Seminário de Hidrologia e Climatologia realizado em Manaus, em 1984, quando foi proposta a Agenda Amazônica.

Cabral acrescentou que, diante da importância das informações, conseguidas à custa de muitas dificuldades, superadas pelo esforço de sua assessoria técnica, decidiu publicar um documento relatando sua missão na OMM, intitulado *Dossiê da Missão Técnica à Organização Meteorológica Mundial (OMM)*.

Alcântara defende aplicação de taxa de água

Ao salientar que a água é um bem cada vez mais escasso no planeta, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a aplicação integral, em um fundo específico, da taxa da água a ser cobrada dos usuários da bacia do Rio Paraíba do Sul, fixa-



Lúcio Alcântara observa que distribuição da água no país é desproporcional

da em R\$ 0,008 por metro cúbico de água retirada. Se essa água for devolvida ao rio sem tratamento, haverá um acréscimo de R\$ 0,02 por metro cúbico – duas vezes e meia o valor pago pela utilização, informou o senador.

– Creio que cabe a nós parlamentares, na qualidade de representantes do povo brasileiro, zelar para que a cobrança dessa taxa realmente cumpra os objetivos com que foi instituída e que consideramos dignos de louvor – afirmou Alcântara.

A expectativa da Agência Nacio-

nal de Águas (ANA) é de que sejam arrecadados de R\$ 14 a 15 milhões por ano na bacia do Rio Paraíba do Sul, disse o senador. De acordo com a agência, caso o sistema fosse implantado em outras bacias, o potencial de arrecadação subiria para R\$ 386 mi-

lhões no Brasil. "É um volume considerável de recursos, que em muito pode contribuir para a despoluição de nossas águas."

O senador explicou que na região do Paraíba do Sul há cerca de 180 municípios – entre eles, São José dos Campos, Rio de Janeiro e cidades mineiras – e 8 mil indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

– Que a cobrança pelo uso na bacia do Rio Paraíba do Sul leve realmente as empresas e os órgãos de saneamento a refletirem sobre a necessidade de tratar a

água utilizada antes de devolvê-la à natureza, possibilitando àqueles que dela necessitam mais adiante o acesso a um bem que não cause malefícios à saúde – ressaltou.

Alcântara lembrou que o relatório do Fórum Mundial da Água, realizado em 2000 em Haia, na Holanda, mostra que uma em cada seis pessoas não tem acesso a água limpa e que cerca de dois bilhões de pessoas (quase um terço da população mundial) não possuem saneamento básico.

O senador observou que no Brasil, apesar da grande quantidade de recursos hídricos, não há uma distribuição proporcional. Na Amazônia, onde vivem apenas 7% da população, estão concentrados cerca de 70% das águas doces do país.

Alcântara disse esperar que a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos venham garantir o suprimento de água com boa qualidade.

concretos no Nordeste brasileiro.

No que se refere a programas de despoluição vinculados a regiões metropolitanas, Alcântara destacou quatro, pela abrangência de pessoas que beneficiará: o Pró-Guaíba, no Rio Grande do Sul; o da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, em São Paulo; o da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, e o Programa Bahia Azul, na Baía de Todos os Santos.



Senadora Heloísa Helena visitou mostra sobre o São Francisco

Exposição retrata "todas as cores" do Rio São Francisco

São 62 fotografias retratando a fauna, flora, águas, pedras e a população que habita ao longo dos 3,2 mil quilômetros de curso do Rio São Francisco.

Promovida pela Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (Chesf), a mostra "São Francisco, o Rio de Todas as Cores", aberta ontem, fica em exposição no Espaço Mário Covas, da Câmara dos Deputados, até 19 de abril. As fotografias, que seguem o trajeto do rio, são o resultado de mais de dez anos de trabalho de dois documentaristas pernambucanos, Teresa Branco e Severino Silva. As imagens são ilustradas por poemas da jornalista Ana Paula Barbosa e estão dispostas seguindo o

mesmo trajeto do Velho Chico, desde sua nascente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz, na divisa dos estados de Sergipe e Alagoas.

A mostra – decorada com vegetação da caatinga e frutas produzidas no Vale do São Francisco – já foi exibida nas cidades do Recife (PE) e Paulo Afonso (BA) e vem em comemoração aos 500 anos da descoberta da foz do rio pelo florentino Américo Vespúcio. Mas faz parte também de um projeto maior da Chesf, chamado Revelando o Nordeste. Esse projeto cuida da elaboração de outras 20 coletâneas fotográficas, enfocando o povo e a paisagem nordestinos.

Senador ressalta programas contra a seca

O senador Lúcio Alcântara apresentou, na Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza, documento que ressalta a importância dos projetos que se realizam no Brasil para contornar os problemas da seca no Nordeste e a poluição das bacias hidrográficas brasileiras, garantindo a boa qualidade da água e a melhoria da qualidade

de vida da população.

Alcântara citou os programas Proágua do semi-árido, para ampliar a oferta de água na região, e o projeto Água Boa, que tem como base a dessalinização de águas salobras dos poços profundos, como exemplos das ações do governo federal, em colaboração com Estados e organismos internacionais como o Banco Mundial, que já apresentam resultados